



CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Gabinete do Vereador
LEONARDO DA ROCHA IZIDORO



PROJETO DE LEI Nº 049 /2025

Autoria: Vereador Leonardo da Rocha Izidoro

Ementa: Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei Municipal 1.863/2018, que criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para disciplinar a destinação específica de percentual das receitas oriundas de multas ambientais aplicadas pelo Município para programas de proteção, manejo, controle populacional e bem-estar de animais abandonados.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI, NA FORMA ABAIXO:

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 6º da Lei Municipal nº 1.863, de 23 de maio de 2018, que vigorarão com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 1º Do total das receitas oriundas das multas ambientais aplicadas pelo Município, nos termos do inciso IV do art. 4º desta Lei, serão destinados, obrigatoriamente, os seguintes percentuais

I - 10% (dez por cento) ao custeio de programas permanentes de esterilização cirúrgica (castração) de cães e gatos, com a finalidade de controle populacional de animais domésticos;

II - 10% (dez por cento) para ações voltadas ao acolhimento, tratamento veterinário, proteção, manejo, controle sanitário e bem-estar de animais domésticos em situação de abandono, inclusive por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.

§ 2º Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão aplicados, exclusivamente, em programas, projetos e/ou convênios previamente aprovados pelo CODEMA, observados os princípios da legalidade, eficiência e transparência.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Casimiro de Abreu, 28 de novembro de 2025.

LEONARDO DA ROCHA IZIDORO
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Gabinete do Vereador
LEONARDO DA ROCHA IZIDORO



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, instituído pela Lei Municipal nº 1.863/2018, mediante a destinação específica de percentuais das receitas oriundas das multas ambientais para ações permanentes voltadas à proteção, ao bem-estar e ao controle populacional de animais domésticos no Município de Casimiro de Abreu.

A proposta busca enfrentar, de forma estruturada e contínua, uma realidade cada vez mais presente nos centros urbanos: o crescimento da população de cães e gatos em situação de abandono, com reflexos diretos na saúde pública, na segurança sanitária, no equilíbrio ambiental e no próprio ordenamento urbano. Nesse contexto, os programas de esterilização (castração), acolhimento, tratamento veterinário e manejo populacional consolidam-se como instrumentos modernos, eficazes e eticamente responsáveis de política pública.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a iniciativa revela-se plenamente compatível com o ordenamento jurídico vigente, porquanto não cria nova fonte de despesa nem gera impacto financeiro adicional ao erário, limitando-se a estabelecer a vinculação parcial e específica de receitas já existentes e regularmente arrecadadas, provenientes das multas por infrações ambientais. Trata-se, portanto, de medida que observa os princípios da responsabilidade fiscal, da eficiência administrativa, da transparência e do controle social.

O Projeto preserva integralmente a arquitetura institucional do Fundo Municipal de Meio Ambiente, mantendo a atuação deliberativa do CODEMA, a vinculação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a autonomia administrativa e financeira já estabelecida em lei, ao mesmo tempo em que assegura que os recursos vinculados sejam aplicados exclusivamente nas finalidades propostas.

Do ponto de vista social e ambiental, a proposta representa relevante avanço na consolidação de políticas públicas integradas de proteção animal e saúde coletiva, transformando penalidades aplicadas por infrações ambientais em instrumentos diretos de promoção do bem-estar, da responsabilidade socioambiental e da dignidade da vida.

Dessa forma, o Projeto de Lei harmoniza-se com os princípios constitucionais da proteção ao meio ambiente e da supremacia do interesse público, além de refletir os anseios da sociedade por soluções eficazes, éticas e permanentes para a causa animal, razão pela qual se submete à elevada apreciação dos Nobres Vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal.

Casimiro de Abreu, 28 de novembro de 2025.

LEONARDO DA ROCHA IZIDORO
Vereador